

Factsheet

Tendências de Desinformação em Moçambique

(Julho–Setembro 2025)

Maputo, Dezembro 2025

INTRODUÇÃO

No âmbito do seu esforço visando promover a integridade da informação o MISA Moçambique tem estado a observar, continuamente, a evolução e as dinâmicas da desinformação no país. Este factsheet, que agora vai na sua segunda edição, visa fornecer, a pesquisadores, profissionais da comunicação social, sociedade civil, instituições do Estado e ao público em geral, uma visão abrangente das tendências de desinformação observadas em Moçambique, e recomendações sobre como diversos intervenientes podem enfrentar este fenómeno.

Os casos documentados nesta segunda edição, que cobre o período entre Julho e Setembro de 2025, comprovam a continuação de um padrão detectado na edição anterior: a predominância de actores políticos como os principais alvos da desinformação no espaço digital, em Moçambique, bem como o uso de páginas supostamente noti-

ciosas, mas completamente falsas. Entretanto, esta edição introduz uma novidade: além de classificar os conteúdos por tipologia de desinformação, acrescenta também a identificação das páginas, perfis e actores envolvidos na disseminação da desinformação o que permite observar variações mensais na natureza e intensidade dos casos detectados, bem como notas sobre os comportamentos técnicos associados aos links analisados.

Ao sintetizar estes dados, o MISA Moçambique procura não apenas documentar a escala e as formas da desinformação no espaço digital, em Moçambique, mas também contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno e em medidas de mitigação e resposta ao fenómeno para o fortalecimento do direito à informação em Moçambique.

METODOLOGIA

Este factsheet é produzido com recurso a dois métodos de recolha de dados: um automatizado e outro manual. Inicialmente, uma plataforma automatizada de monitoramento, que inclui utilização de inteligência artificial, rastreia, em tempo real, conteúdos que circulam no espaço digital moçambicano com elevado potencial de desinformação. Num segundo momento, as informações recolhidas são submetidas a um rigoroso exercício de verificação de factos. O processo manual inclui a análise cruzada de fontes credíveis, a consulta de dados oficiais e a utilização de ferramentas

digitais de verificação de autenticidade de conteúdos. Finalmente, os casos de desinformação confirmados são classificados pela sua natureza, como política, sociedade, economia, saúde, entre outras, e categorizados de acordo com o tipo de manipulação observada, como o falso, informação manipulada/enganosa, informação não comprovada, sátira ou paródia. Esta abordagem combinada permite-nos não só quantificar a desinformação, mas também interpretar os seus padrões e dinâmicas.

IMAGEM 1: Graus de Veracidade da Informação – MISACheck

 VERDADE Informação confirmada e factual.	 FALSO Informação fabricada completamente falsa e inventada.
 INFORMAÇÃO NÃO COMPROVADA Quando ainda não se reuniu dados suficientes para categorizar a informação.	 INFORMAÇÃO MANIPULADA/ENGANOSA Alterações intencionais em textos, fotos, vídeos ou áudios para enganar ou induzir ao erro.
 SÁTIRA OU PARÓDIA Conteúdo humorístico ou satírico com potencial para enganar.	

PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

Durante o período analisado, foram identificados ao todo 48 casos relacionados à desinformação. Desse conjunto, 41 ocorrências foram classificadas como falsas, uma vez que apresentavam informações comprovadamente incorrectas. Sete casos foram manipulados, caracterizados pela distorção parcial de factos ou pelo uso de informações verdadeiras fora de contexto.

O mês de Julho apresenta o pico da desinformação com 31 casos, seguido por uma redução significativa em Agosto com 16 casos e queda quase total em Setembro com apenas 1 caso. Em todos os meses houve predominância de conteúdos falsos. Os conteúdos manipulados ocupam uma proporção menor, porém recorrente.

A desinformação manteve o foco em figuras políticas, com alegações atribuídas a líderes políticos (Venancio Mondlane, Margarida Talapa, Alberto Forquilha, entre outros), instituições do Estado (PGR, SERNIC), partidos políticos (Frelimo, Podemos, Anamola) e temas como terrorismo em Cabo Delgado.

Todas as publicações analisadas neste período circularam no Facebook, tanto em páginas públicas quanto em perfis privados, destacando a plataforma

como canal dominante de disseminação da desinformação. Grande parte do conteúdo teve origem em páginas cujo nome imita órgãos de comunicação (exp.: “Notícias de Moçambique”, “MZ 24 NEWS”, “TVM - Televisão de Moçambique”, “STV Noticias”) ou em páginas associadas a partidos e figuras políticas.

Observou-se o uso de links apresentados como se condizentes com artigos noticiosos, que frequentemente apresentavam erro ao carregar conteúdo. Além disso, muitos redireccionavam usuários para plataformas de comércio eletrónico (exp.: AliExpress, Alibaba) e/ou para sites de jogos eróticos ou vídeos pornográficos, indicando uma estratégia de captação de cliques, engajamento (likes) e potencial monetização do tráfego.

Também foi constatado um número significativo de usuários envolvidos na disseminação de desinformação que actuam de forma anónima ou por meio de perfis duplicados e recorrentes, como nos casos de “PODEMOS - Partido Povo Optimista...”, “ANAMOLA / VM7” e “Venâncio Mondlane VM7”. Além desses, foram identificados alguns perfis individuais claramente identificáveis, indicando a coexistência de diferentes estratégias de actuação na propagação desse tipo de conteúdo.

CONCLUSÕES

O período de Julho a Setembro evidencia a continuidade e a intensidade de conteúdos falsos disseminados no Facebook por páginas que se camuflam de veículos noticiosos. Há um padrão operacional que consiste no redireccionamento de usuários para plataformas comerciais e de pornografia, configurando uma prática de monetização por meio da desinformação. Os temas centrais permanecem políticos e de segurança, com as vítimas maioritariamente figuras políticas, partidos e instituições do Estado.

Mantém-se, de modo quase invariável, o conjunto de táticas observado no ciclo anterior: utilização de páginas supostamente noticiosas, mas completamente falsas, presença de um considerável conjunto de perfis anónimos e a persistência de um mesmo perfil de vítimas. A nomenclatura das páginas, repetidamente intituladas como “notícias”, procura reforçar a percepção de legitimidade dos casos de desinformação.

RECOMENDAÇÕES

A. Para usuários

- Privilegiar fontes de reconhecida credibilidade.
- Desconfiar de “sites de notícias” que redirecionam para vendas ou conteúdos não relacionados ao tema.
- Adoptar hábitos de verificar a informação em plataformas de verificação de factos, como o Misa Check (MISACHECK - MISACheck).
- Evitar compartilhar conteúdos não verificados.

B. Para partidos políticos

- Apostar na disponibilização pro-activa e antepada de informação como forma de neutralizar os efeitos da desinformação.
- Criar condições para resposta rápida aos casos de desinformação envolvendo os partidos.

C. Para o Governo/instituições públicas

- Investir em educação mediática e digital nas escolas e comunidades.
- Criar condições para resposta rápida à desinformação identificada com risco de dano público.
- Estabelecer parcerias com plataformas digitais e organizações de verificação de factos para enfrentar a desinformação.

D. Para órgãos de comunicação social

- Consolidar padrões editoriais de verificação de factos.

